

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

ATA 018

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e dez, às oito horas, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, sob a presidência do Prof. MSc. Ernesto Luiz Casares Pinto, com a presença dos seguintes membros: Adriana Dora da Fonseca, Adriana Kivanski de Senna, Ana Furlong Antochervis, Artur Emilio Alarcon Vaz, Attila Louzada Júnior, Carlos Alberto Eiras Garcia, Celso Luiz Lopes Rodrigues, Cláudio Paz de Lima, Cleuza Maria Sobral Dias, Denise Maria Varella Martinez, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Joaquim Vaz, Luiz Bessouat Laurino, Marcos Antonio Satte do Amarante, Maria José Martins Chaplin, Maurício Magalhães Mata, Mozart Tavares Martins Filho, Nelson Monteiro Rangel, Raquel da Silveira, Renato Duro Dias, Rodrigo Desessards Jardim, Sandra Crippa Brandão e Silvana Maria Bellé Zasso. O Senhor Presidente justificou a ausência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Carlos Brahm Cousin, informando que o mesmo encontrava-se representando a FURG na 3ª Conferência de Turismo e Desenvolvimento Sustentável, a qual ocorre em nosso município nesta oportunidade. O secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos substitutos, indicando o motivo da substituição: Cezar Augusto Burkert Bastos, representando a Sexta Câmara (titulares afastados a serviço da Universidade); Nísia Krusche, representando o C3 (diretor e vice-diretor afastados a serviço da Universidade); Lucia Regina Nobre, representando a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (titular afastada em licença saúde); Luisa da Mata Lehn, representante técnico-administrativo em educação, suplente de Rosaura Alves da Conceição (titular afastada a serviço na Universidade); Rosilene Maria Clementin, representando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (titular afastado a serviço da Universidade); Carlos James Scaini, representante docente, suplente de Maura Dumont Huttner; Luiz Antonio de Almeida Pinto, representante da 3ª Câmara, suplente de Luiz Alberto Oliveira Rocha; Péricles Antônio Fernandes Gonçalves, representando a FADIR (diretor e vice-diretor exonerados). Ausentes: Virgínia Maria Tavano Garcia, representante docente suplente de João Sarkis Yunes; Zulema Helena Ribeiro Hernandez, representante técnico-administrativo em educação, suplente de Celso Luis Sá Carvalho; Karen Barañano Souza, Carolina Veloso Costa, Rhandersen Luís da Rosa Góes, Raul Guilherme Goulart de Andrade, Fátima Cristina da Silva Oliveira, João Pedro C. Longhi e Rafael Martins Pinheiro, representantes estudantis. Justificaram a ausência: Jorge Alberto Vieira Costa, afastado a serviço da Universidade, Soledad Bech Gaivizzo, afastada a serviço na Universidade, e Adalto Bianchini, afastado por motivo de força maior. Participaram da reunião na condição de convidados, após a aprovação do plenário, a Superintendente Estudantil, Profª Aline Guerra Ditz, e a Chefe da Divisão de Apoio Estudantil, Adriana Dias Silveira, representantes da Pró-Reitoria Estudantil e o Prof. Humberto Camargo Piccoli, presidente da Comissão Própria de Avaliação. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da ata nº 017** – Tendo em vista que a ata fora

disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, o Senhor Presidente perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a esse respeito; não havendo, a ata nº 017 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin – Homologação do Ato Executivo 001/2010 – suspensão das atividades no dia 15 de fevereiro e alteração do expediente no dia 17 de fevereiro/2010** – O Ato Executivo 001/2010, emitido em nove de fevereiro de dois mil e dez, suspendeu as atividades administrativas da FURG no dia quinze de fevereiro e alterou o expediente no dia dezessete de fevereiro, tendo por objetivo atender as atividades administrativas da Universidade durante o período do Carnaval de forma mais racional e econômica, excluindo todos os serviços do Grupo de Vigilância, Divisão da Frota e outros considerados essenciais e intransferíveis. A indicação foi lida pelo Senhor Presidente. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, o Senhor Presidente colocou a indicação em votação, tendo sido aprovada por unanimidade; **3º) Indicação do Cons. Ernesto Luiz Casares Pinto – Homologação do Ato Executivo nº 002/2010 – cancelamento da reunião ordinária do COEPEA do mês de fevereiro** – O Ato Executivo 002/2010, emitido em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dez, cancelou a reunião ordinária do COEPEA agendada para o dia vinte e seis de fevereiro, tendo em vista a inexistência de processos a serem analisados pelo Conselho. A indicação foi lida por seu autor. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, o Senhor Presidente colocou a indicação em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. **4º) Indicação do Cons. Mozart Tavares Martins Filho – Criação do Comitê Assessor de Planejamento** – O Senhor Presidente fez a leitura da indicação que propõe a criação do Comitê Assessor de Planejamento como órgão vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, tendo por atribuições: conduzir os processos de construção das propostas dos Planos Institucionais; acompanhar a execução e avaliação dos Planos Institucionais, e assessorar o Pró-Reitor de Planejamento e Administração em questões relativas ao planejamento estratégico. Após a leitura o Senhor Presidente ressaltou que esta é uma iniciativa de institucionalizar o Comitê para pensar o planejamento da Universidade de forma permanente, e que o assunto foi discutido em uma reunião do Conselho de Integração Universidade-Sociedade (CIUS) no dia cinco de março, reunião que lotou o auditório do Instituto Federal do RS, Campus Rio Grande, e que, sendo aprovada a criação do Comitê Assessor de Planejamento, a representação da sociedade será indicada pelo CIUS. O Cons. Mozart informou já ter conversado sobre este assunto com os diretores das unidades acadêmicas em reunião na Reitoria; que a proposta é ter, ao final do ano de dois mil e dez, planejamento estratégico para doze anos, com o objetivo de não sermos surpreendidos ante as mudanças que estão ocorrendo e estão previstas para nossa região; que busca consolidar o processo tendo representação de todas as áreas do conhecimento e a integração da sociedade. O Cons. Luiz Antônio Pinto perguntou por quantas pessoas será formado o comitê. O Cons. Mozart disse não ser questão fechada, mas que a idéia é que seja constituído tendo de quatorze a dezesseis membros. O Cons. Rangel disse existir uma diferença entre Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento; que Planejamento Estratégico é para a empresa privada que visa à lucratividade; que órgãos públicos devem estruturar Planos de Desenvolvimento; que, como administrador público,

não pode votar a favor de planejamento estratégico dentro da Universidade. O Cons. Mozart informou que em reunião com os diretores das unidades acadêmicas já havia conversado sobre este tópico com o Cons. Rangel e que o planejamento estratégico está presente em todas as administrações públicas, incluindo a Presidência da República; que teve origem nas instituições militares e que existe vasta literatura sobre este assunto. O Senhor Presidente frisou que o cerne da discussão é a criação de um comitê de planejamento permanente e não a definição de Plano de Desenvolvimento ou Plano Estratégico. O Cons. Luiz Pinto disse ter tido conhecimento de Planejamento Estratégico quando estava no Exército e argumentou que a discussão deve se ater sobre a criação ou não do Comitê Assessor de Planejamento e não sobre se este irá assessorar o Pró-Reitor em questões relativas ao Planejamento Estratégico ou ao Plano de Desenvolvimento. O Cons. Rangel sugeriu acrescentar “em âmbito municipal” no parágrafo em que fala da constituição do comitê. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por maioria, contando com o voto contrário do Cons. Nelson Monteiro Rangel e três abstenções dos Cons. Carlos Garcia, Celso Rodrigues e Péricles Gonçalves; **5º) Indicação do Cons. João Carlos Brahm Cousin – Homologação do Ato Executivo nº 003/2010 – participação em banca de concurso, em caráter excepcional, do Prof. Sérgio Luiz Alves Przybylski** – A indicação propõe a homologação do Ato Executivo nº 003/2010, o qual aprovou a participação do Professor Sérgio Luiz Alves Przybylski, em caráter excepcional, como integrante da banca de concurso público para ingresso na carreira do Magistério Superior, nas disciplinas Cinética e Cálculo de Reatores, Análise e Projeto de Processos e Planejamento e Processos, sob a responsabilidade da Escola de Química e Alimentos. A indicação foi lida pelo Senhor Presidente. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a respeito do assunto, o Senhor Presidente colocou a indicação em votação, tendo sido aprovada por unanimidade; **6º) Parecer nº 003/10 da 6ª Câmara - Proc. 23116.002313/10-81 – Proposta de distribuição de bolsas de trabalho/monitoria para 2010** – O relator do processo, Cons. César Augusto Burkert Bastos, fez a leitura do parecer em plenário. Após analisar todos os documentos que constam do processo, destacou: o aumento de sessenta e três bolsas de trabalho e monitoria em comparação com o ano de dois mil e nove; o acréscimo de dez reais no valor da bolsa e a inclusão dos Campi de São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar na distribuição das cotas de bolsas de trabalho e monitoria. O relator votou pela homologação da concessão de quatrocentas e quarenta cotas de bolsas de trabalho e monitoria no valor de cento e sessenta reais cada uma, sendo quatrocentas e quatro distribuídas entre as Unidades Acadêmicas e trinta e seis entre as Pró-Reitorias, conforme planilha que integra o processo, elaborada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A Câmara aprovou o voto do relator. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão, sendo registradas algumas manifestações. A Cons. Silvana perguntou se Práticas Esportivas foram consideradas na distribuição, tendo o Cons. Mozart respondido que sim. O Cons. Celso considerou que, sendo a distribuição de bolsas de trabalho e monitoria realizada no mês de março, os dados utilizados para a distribuição deveriam levar em consideração as matrículas de dois mil e dez e não os dados existentes em dezembro de dois mil e nove. O Senhor Presidente lembrou que é histórico “bater a foto” no final do ano anterior ao da distribuição. O Cons. Attila

contrapôs que todos os parâmetros são voltados para o ano vencido, sendo o cálculo realizado com base no desempenho do ano anterior; que os fatos acontecidos são utilizados como parâmetro para projetar o seguinte. O Cons.Celso Rodrigues disse que a demanda deve ser verificada e que não considera justo dar uma pontuação maior para os relatórios entregues. O Cons.Luiz Antônio Pinto ressaltou que avaliação se faz sobre algo que já aconteceu e que os relatórios atestam que as atividades foram efetivamente realizadas, sendo a pontuação válida, pois aquele que abandona a atividade traz prejuízos à Unidade. O Cons. César argumentou ser o peso de zero vírgula sete considerado em relação às atividades desenvolvidas pelos bolsistas, retratando desta forma o histórico das cotas da Unidade. A Cons.Adriana disse que alguns relatórios deixaram de ser enviados devido ao excesso de trabalho e falta de pessoal na secretaria da Escola de Enfermagem. O Cons. Joaquim rebateu que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis concedeu prazos bastante dilatados e alertou para o cumprimento dos mesmos. O Cons.Celso disse concordar que a entrega dos relatórios seja considerada como critério para a distribuição de bolsas, mas acha o peso excessivo: o Senhor Presidente lembrou aos presentes que a análise dos critérios de distribuição de bolsas de trabalho e monitoria encontra-se em discussão na 6ª Câmara. Não havendo mais manifestações a respeito do assunto, o Senhor Presidente colocou o parecer em votação, tendo sido aprovado por unanimidade;

7º) Parecer nº 001/10 da 6ª Câmara - Proc. 23116.001078/10-20 – Proposta de Programa de Avaliação Institucional, enviada pela PROPLAD - Foi relator do processo o Cons. Renato Duro Dias, que, após análise da documentação que instruiu o processo, salientou que a Proposta de Avaliação Institucional da FURG foi baseada na necessária harmonia com o planejamento institucional, contemplando um ciclo avaliativo idêntico ao do PDI, ou seja, quatro anos. Destacou que o ciclo está organizado em cinco fases: auto-avaliação das unidades acadêmicas e administrativas; aplicação de instrumentos gerais de avaliação; avaliação externa das unidades acadêmicas e administrativas; congresso institucional de auto-avaliação e elaboração de relatórios anuais de auto-avaliação, e que o Programa de Avaliação Institucional contará com uma equipe composta pelo Gestor do Programa, responsável pela Secretaria de Avaliação Institucional; um secretário; um especialista em metodologias de avaliação; um especialista em estatística; um especialista em informática e um especialista em divulgação. Concluiu dizendo que a proposta não apresentou irregularidades que impeçam sua homologação pelo COEPEA e votou pela homologação do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Federal do Rio Grande. A Câmara aprovou o voto do relator. O relator fez a leitura do parecer. Após a leitura, concedeu a palavra ao Prof. Humberto Camargo Piccoli, Secretário de Avaliação Institucional e Presidente da Comissão Própria de Avaliação, que cumprimentou o relator pelo relatório no qual conseguiu explicitar o Programa de Avaliação Institucional de forma clara e objetiva. Relatou o trabalho realizado pela CPA e esclareceu sobre todas as fases e prazos previstos no Programa. O Senhor Presidente cumprimentou a SAI, a CPA, a PROPLAD, a Sexta Câmara e o relator pelo trabalho realizado. O Cons. Rangel parabenizou ao Cons. Renato pelo ótimo relatório e ao Cons. Garcia, que era o reitor na ocasião em que foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional, pela correta utilização da nomenclatura. O Cons. Celso sugeriu que a constituição da comissão interna seja incluída a palavra “mínimo” antes de “três membros”. Não

havendo mais manifestações a respeito do assunto, o Senhor Presidente colocou em votação o parecer, que, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, com a concordância do plenário, informou que a ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade, e encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Rosaura Alves da Conceição, que secretariei a reunião.

Prof. MSc. Ernesto Luiz Casares Pinto
PRESIDENTE DO COEPEA EM EXERCÍCIO

Rosaura Alves da Conceição
SECRETÁRIA